

 [10.58876/rbbd.2025.2112003](https://doi.org/10.58876/rbbd.2025.2112003)

A competência em informação em portais governamentais de países com alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

The information literacy in governmental portal of countries with high Human Development Index (HDI)

Rafael Oda

Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
E-mail: rafaeloda@outlook.com.br

Priscila Rosa Martins

Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
E-mail: profpriscilar@gmail.com

Murilo Billig Schäfer

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
Arquivista na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).
E-mail: billigschafer@gmail.com

Elizete Vieira Vitorino

Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
Docente do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
E-mail: elizete.vitorino@ufsc.br

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo investigar as menções à competência em informação nos portais governamentais dos 12 países com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), conforme ranqueamento desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 2020. Metodologicamente, esta pesquisa é de natureza básica, de abordagem qualitativa. Quanto aos seus objetivos, é exploratória-descritiva e documental, segundo os procedimentos adotados. Devido à diversidade linguística, optou-se pela busca do termo “information literacy” na versão traduzida para a língua inglesa de cada website, na qual seis deles apresentaram registro na primeira estratégia. Dos resultados analisados, é perceptível que a competência em informação está inserida na formação de uma população apta a exercer um posicionamento crítico, autônomo e livre; sendo que dos resultados analisados, os mais relevantes foram obtidos nos portais de Hong Kong e da Noruega. Ademais, o estudo demonstra que a competência em informação está relacionada a diversos contextos, entre eles, o da educação, dos direitos humanos, da liberdade de imprensa, da igualdade de gênero e do combate à desinformação.

Palavras-chave: Competência em informação. Portais governamentais. Informação governamental.

ABSTRACT

The main objective of this research is to investigate the information literacy mentioned in the governmental portals of the 12 countries with the highest Human Development Index (HDI), according to the United Nations Development Programme (UNDP) 2020 ranking. Methodologically, this research is of basic nature and qualitative approach. As for its objectives, it is exploratory-descriptive and documental, according to the selected procedures. Due to the linguistic diversity, it was chosen to search the term “information literacy” in the translated English version from each consulted website, which six of them showed results in the first strategy. Of all the analyzed results, it is evident that the information literacy is inserted in the formation of a population able to exercise a critical position, autonomous and free; of all the results, the most relevant were obtained in Hong Kong and Norway’s portals. Besides, the study shows that the information literacy is related to several contexts, among them, education, human rights, free press, gender equality and fighting disinformation stand out.

Keywords: Information literacy. Governmental portals. Governmental information.

1 INTRODUÇÃO

A informação é um elemento essencial para o desenvolvimento da sociedade, servindo de subsídio para o contínuo processo de avaliação e tomada de decisões, sejam elas relativas a atividades cotidianas dos cidadãos (a escolha de produtos mais saudáveis no supermercado, a definição de qual instituição bancária oferece mais vantagens financeiras, o trajeto entre a casa e o trabalho que é menos congestionado, os possíveis efeitos colaterais de determinado medicamento etc.) ou a ações de grande vulto, como decisões governamentais (definição de políticas públicas à população, escolha da matriz energética do país, ações a serem tomadas para o oferecimento de serviços de saúde, definição das diretrizes da educação básica e superior etc.).

Segundo Belluzzo (2020), é essencial que as pessoas tenham acesso a informações precisas e confiáveis para a tomada de decisão acertada como, por exemplo, solução de problemas, crescimento pessoal e entretenimento, além de contribuir para um processo democrático, uma vez que é preciso dispor de informações verificáveis para as iniciativas eleitorais e voto consciente no momento das eleições.

Nas últimas décadas, com a intensificação do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), a criação e a disseminação da informação tomaram proporções inéditas, uma vez que propiciaram o desenvolvimento e uso de inúmeros canais e dispositivos que aproximaram a informação à parcela da sociedade. Entretanto, compreender a informação, dar-lhe significado de modo que se transforme em conhecimento, e que seja utilizada em benefício da pessoa e do meio onde vive, exige mais do que ter acesso a grandes quantidades de informação; demanda a capacidade de compreensão sobre a informação e do modo que poderá ser utilizada.

Masi (2019) descreve que, em decorrência da abundância e da velocidade das mensagens, pela primeira vez na história, o telefone, o rádio, a televisão e a internet expõem ao inédito problema de excesso de informação, de modo que, nesse contexto, “[...] salva-se do equilíbrio apenas quem é dotado de cultura sólida, que lhe cabe selecionar as informações certas e assimilar e valorizar apenas as que são úteis” (Masi, 2019, p. 213).

Embora a perspectiva de Masi refira-se à necessidade de uma “cultura sólida”, em um sentido mais amplo, é possível inferir que as pessoas precisam estar preparadas para lidar, ao longo da vida, com as diversas fontes informacionais que se apresentarem, sendo críticos quanto ao seu uso, compreendendo a informação como algo que não é isento de interesses e distorções, cabendo-lhe avaliar sua origem, seu propósito e como bem utilizá-

la. Belluzzo (2020) destaca que as pessoas precisam de conhecimentos e habilidades para adotar atitudes que as auxiliem a encontrar, avaliar e usar as informações importantes para suas vidas, um conjunto de capacidades comumente referido como competência em informação.

Nesse sentido, a competência em informação constitui-se em um fenômeno que visa a formação das pessoas para a aprendizagem contínua, preparando-as para as rápidas mudanças sociais, econômicas e tecnológicas da contemporaneidade, cenário onde a informação constitui-se como recurso essencial. Vitorino e Piantola (2020) explicam que o crescimento exponencial da informação associado às sofisticadas tecnologias alterou o papel exercido por ela, passando a ter um caráter transitório, fragmentado e parcial, integrando um contexto social com transformações que requerem constante aprendizado e, conseqüentemente, demanda ininterrupta de informação. Em síntese, Vitorino e Piantola (2020, p. 90) apontam que “[...] o acesso a esse grande volume de informação apenas se constituirá como benefício quando seus usuários obtiverem conhecimentos, habilidades, valores e atitudes adequados a esse novo contexto”.

Assim, diante da dinamicidade que a informação representa para a sociedade atual, o presente estudo discorre sobre conceitos e características da competência em informação (*information literacy*), fenômeno voltado à promoção de uma educação crítica e emancipatória, do aprendizado para toda a vida, do desenvolvimento do pensamento crítico e sensível, que pode contribuir na formação de uma sociedade mais justa e consciente.

Na sequência, apresenta-se um levantamento realizado nos websites dos governos dos 12 países com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), visando identificar as menções à competência em informação em portais governamentais nas ações e/ou os programas propostos como promoção de uma educação que auxilia no desenvolvimento desses países.

O artigo está estruturado da seguinte forma: seção 1, apresenta a introdução do tema; seção 2, transcorre sobre os principais conceitos e características da competência em informação; seção 3, contempla a classificação do estudo e os procedimentos metodológicos utilizados para o seu desenvolvimento; seção 4, contém os resultados obtidos dos websites governamentais; seção 5, apresenta as considerações finais do estudo; e, por fim, as referências.

2 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS E IMPORTÂNCIA PARA A SOCIEDADE

Partindo dos conceitos relativos à competência em informação, Dudziak (2003) aponta que a *information literacy* está associada ao aprendizado que ocorre ao longo da vida, sendo definida como:

[...] o processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades necessário à compreensão e interação permanente com o universo informacional e sua dinâmica, de modo a proporcionar um aprendizado ao longo da vida (Dudziak, 2003, p. 28).

Os aspectos apresentados contrastam com a concepção sobre a competência em informação quando do seu surgimento, período em que era associada a um sentido de aplicação ao ambiente de trabalho. Miranda (2022) explica que a competência em informação, campo de estudo da Ciência da Informação (CI), surgiu com um foco voltado ao desenvolvimento de habilidades para atuação no mercado de trabalho, visando a potencialização de ganhos financeiros. Além da CI, “[...] áreas como a Educação, Administração e a Sociologia do Trabalho, também foram impactadas pela chamada Teoria das Competências” (Miranda, 2022, p. 35).

Nos anos 1980, com a intensificação do uso das TIC's, a competência em informação esteve associada às habilidades para o uso de tecnologias. Dudziak (2003) afirma que a concepção da *information literacy* com o sentido de capacitação profissional em tecnologia da informação se popularizou, principalmente no ambiente profissional, restringindo a sua compreensão e dando-lhe um caráter instrumental. Porém, ainda nos anos 1980, o relatório da American Library Association (ALA) ressaltou a importância da *information literacy* para pessoas, trabalhadores e cidadãos, primando por um novo modelo de aprendizado direcionado à “[...] resolução de problemas, de forma contextualizada, a fim de incutir nos aprendizes o hábito de buscar e utilizar criticamente a informação” (Dudziak, 2003, p. 26).

Dentre os argumentos que constam no relatório da ALA, e que exemplificam a abrangência social e difusa da competência em informação, contrapondo-se à visão instrumental até então existente, destacam-se os seguintes:

As oportunidades culturais e educacionais disponíveis em uma comunidade média, por exemplo, são muitas vezes perdidas por pessoas que não têm a capacidade de se manter informadas sobre tais atividades

[...] a vida é mais interessante quando se sabe o que está acontecendo, quais oportunidades existem, e onde alternativas às práticas atuais podem ser descobertas [...] Diariamente, os problemas são mais difíceis de resolver quando as pessoas não têm acesso a informações significativas vitais para uma boa tomada de decisão [...] A competência em informação, portanto, é um meio de empoderamento pessoal (American Library Association, 1989, n.p., tradução nossa).

Nesse sentido, destacando o papel da pessoa como protagonista do processo de apropriação e uso da informação, Dudziak (2003) apresenta os objetivos da competência em informação com o intuito de formar pessoas que sejam capazes de: utilizar a informação para um processo inteligente de decisão; manusear as potenciais fontes de informação avaliando-as de forma crítica; utilizar a informação de modo a gerar novas necessidades informacionais; aprender de forma independente em um processo ao longo da vida; levar em consideração aspectos éticos, políticos, sociais e econômicos quando do desenvolvimento de suas ações e dos conhecimentos gerados.

Constata-se que a preparação das pessoas para serem competentes em informação não está apenas relacionada ao objeto informacional, mas também a como será a compreensão e utilização da informação nos mais diversos contextos e para distintos propósitos.

Esses elementos que constituem a competência em informação, muitas vezes intangíveis, podem ser compreendidos de acordo com os estudos de Rios (2006), que apresenta a competência em informação como tendo quatro dimensões, definidas em técnica, estética, ética e política. Embora a concepção da autora seja direcionada à competência em informação para o desempenho da docência, serve de parâmetro para compreender o processo em diversos contextos.

Partindo da dimensão técnica, Rios (2006) a conceitua como o suporte da competência em informação, uma vez que se revela na atuação dos profissionais, de modo que eles tenham capacidade de lidar com os conteúdos informacionais. Entretanto, essa dimensão pode acabar empobrecida caso desconsidere as demais dimensões da competência em informação, criando uma visão tecnicista, que ignora a sua inserção no contexto social e político, atribuindo-lhe um caráter de neutralidade (Rios, 2006).

Vitorino e Piantola (2020) explicam que uma das razões para a sobrevalorização da técnica frente às demais competências, decorre da visão reducionista da formação e a relação com o mundo do trabalho, havendo uma concepção de que a Educação até recentemente (embora ainda ocorra em alguns espaços), configura-se como uma

reprodução dos saberes, uma transmissão do conhecimento. Segundo as autoras, a dimensão técnica não deve se sobressair às demais nem tampouco ser subestimada. A associação da dimensão técnica com a dimensão estética, por exemplo, resulta em um equilíbrio: o sensível no fazer, no perceber oportunidades de inovação e criação de soluções para os questionamentos que se apresentam na prática profissional (Vitorino; Piantola, 2020).

Quanto a atuação dos profissionais da informação, dentre os aspectos que se relacionam com a dimensão técnica, inclui-se: a busca constante por qualificação, especialmente considerando as rápidas mudanças sociais e tecnológicas; saber utilizar as habilidades para o bem coletivo; compreender que as ferramentas e soluções desenvolvidas para produção, uso, acesso e recuperação da informação não são um fim em si mesmo, elas precisam ser utilizadas para propósitos sociais e coletivos; e ainda os profissionais precisam ter proatividade para encontrar soluções que possibilitem o alcance da informação, de forma eficiente e eficaz, aos mais diversos grupos sociais. Logo, a dimensão técnica da competência em informação se afasta do tecnicismo, situação na qual um profissional pode ter determinadas habilidades extremamente desenvolvidas, mas as aplica sem um propósito, sem um ideal para o contexto em que atua.

Por outro lado, a dimensão estética está relacionada à sensibilidade e à beleza, com potencial criador e com afetividade das pessoas, uma dimensão da existência, do agir humano, entendida como algo que se aproxima do que se necessita para o bem social e coletivo (Rios, 2006). De acordo com Vitorino e Piantola (2020), essa dimensão é um desafio aos profissionais da informação, que precisam interpretar o seu ambiente, compreender a noção de coletivo, com respeito à diversidade e igualdade entre os seres humanos, revisitando qualidades como a criatividade, a emoção e a intuição.

Em relação à atuação dos profissionais da informação, considerando a dimensão estética, há alguns exemplos que retratam quando essa dimensão é considerada: a sensibilidade no atendimento de públicos em condições de vulnerabilidade, requerendo empatia do profissional; o exercício da paciência e compreensão quando um cidadão não consegue expressar adequadamente qual a informação que necessita; a busca por cativar e acolher as pessoas que buscam informações, seja em um arquivo, uma biblioteca, um centro de memória ou qualquer outra instituição que é fonte de informação, de modo que essas pessoas se sintam confortáveis no ambiente e se motivem a retornar mais vezes, percebendo o espaço como receptivo; motivar e compreender os colegas de profissão de

modo a criar um local de trabalho saudável, onde as diferenças sejam respeitadas e as potencialidades de cada um sejam incentivadas e valorizadas; exercer a criatividade para aproximar a unidade de informação à sociedade, adotando estratégias que envolvam ações de difusão da informação (exposições, visitas guiadas, atividades integrativas etc.); estar aberto ao diálogo, disposto a aprender com o público, estabelecendo um processo dialógico de experiências, culturas e conhecimentos.

Quanto à dimensão ética, Rios (2006) a relaciona com as ações das pessoas, avaliando não apenas segundo os valores de determinado contexto, grupo ou segmento, mas prezando pela realização do bem coletivo, referenciando-se a algo de boa qualidade, na direção não apenas do bem, como se verifica na moralidade, mas do bem comum. Segundo Vitorino e Piantola (2020), a dimensão ética está no cerne da concepção de competência em informação, sendo uma pessoa capaz de tomar uma posição diante de determinadas situações, o que requer, na maioria das vezes, um julgamento de valor, “[...] bom senso, desenvolvimento pessoal, buscar o respeito profissional, ser exigente consigo mesmo, são ideias relacionadas à dimensão ética da competência em informação” (Vitorino; Piantola, 2020, p. 123-124).

Levando em consideração a dimensão ética, os profissionais devem atentar para seus respectivos códigos de ética, que definem os caminhos do bem fazer profissional e, ao mesmo tempo, cada pessoa deve continuamente refletir sobre suas práticas, profissionais e pessoais, em favor do bem coletivo. Nas unidades de informação, a dimensão ética se apresenta como elemento indispensável para reger as condutas e formas de tratar e dar acesso à informação, respeitando as leis e normas que garantem a proteção de dados e informações sensíveis e pessoais, propiciando o atendimento dos diferentes públicos com isonomia, estabelecendo uma relação de respeito mútuo entre profissionais, de modo que o compartilhamento de conhecimentos seja uma constante.

O desenvolvimento da dimensão ética mostra-se ainda mais necessário ao se considerar o atual contexto, no qual há uma intensa e proposital disseminação de informações não verificáveis cuja intensidade é favorecida pela utilização de redes de comunicações digitais. Sensibilizar profissionais e cidadãos para que tenham consciência e compromisso ético quando recebem e compartilham informações, que sejam capazes de refletir e verificar a credibilidade dos conteúdos informacionais e se tornarem atores da valorização de informações credíveis são resultados que a dimensão ética da competência em informação pode propiciar.

Em relação à dimensão política da competência em informação, Rios (2006) explica que é no espaço político no qual transita o poder que se configuram acordos e se estabelecem hierarquias, sendo essa dimensão referente “[...] à participação na construção coletiva da sociedade e ao exercício de direitos e deveres” (Rios, 2006, p. 108). As características inerentes à dimensão política são apresentadas por Vitorino e Piantola (2020), destacando o comprometimento e envolvimento profissional em temáticas da área; no engajamento com o contexto e as necessidades dos usuários; no desenvolvimento de estudos e pesquisas na profissão; no alcance dos objetivos profissionais por meio do trabalho em equipe ou mesmo na capacidade de ser flexível para atender às demandas informacionais.

Outras circunstâncias que remetem para a atuação do profissional da informação considerando a dimensão política é a reflexão sobre o seu “eu profissional” como contribuição em favor da coletividade, em prol do contexto social onde atua, buscando formas de utilizar a informação para combater desigualdades e vulnerabilidades sociais, compreendendo que a informação não é neutra ou isenta, uma vez que é produzida e utilizada sob determinada intenção. Quais ações, enquanto pessoa política, cidadão ou profissional, é possível realizar em favor da sociedade? Refletir sobre as ações individuais e profissionais, mas que, ao mesmo tempo, são parte do coletivo, do ser político, do ser que vive em sociedade, são aspectos que perpassam a dimensão política da competência em informação.

Assim, compreende-se que o desenvolvimento da competência em informação sustenta-se nas suas quatro dimensões (embora possam existir outras), sendo essas inter-relacionadas e com características que confluem no propósito de tornar cidadãos e profissionais preparados para atuar nos diferentes cenários e situações informacionais.

Ao observar as características que constituem as dimensões da competência em informação, reafirma-se que a sua aplicação vai muito além do âmbito profissional e se expande como um movimento englobando toda a sociedade. Lau (2008) declara que um cidadão competente, seja um estudante, um profissional ou um trabalhador, torna-se capaz de reconhecer suas necessidades informacionais, sabe como localizar, recuperar e avaliar a informação que precisa, conseguindo se beneficiar do mundo de conhecimentos, além de incorporar a experiência de outros aos seus conhecimentos.

Os profissionais da informação, no transcorrer de sua atuação, devem considerar as dimensões da competência em informação, a fim de alcançarem uma atuação mais

próspera, dinâmica e atual, assumindo um papel de destaque não apenas no desenvolvimento do que preconiza a competência, mas na difusão dos seus ideais para com o seu contexto. Esses profissionais devem compreender que a competência em informação se expande e se difunde, não sendo restrita a espaços pré-determinados. Cumprem, assim, um protagonismo na formação de pessoas mais conscientes, que se reconhecem como cidadãos, que buscam e utilizam a informação para a sua cidadania, compondo uma sociedade mais esclarecida e autônoma.

De acordo com Belluzzo e Feres (2013), a competência em informação na sociedade contemporânea pode ser identificada por meio de três requisitos: a competência em informação para a cidadania, na qual há um compromisso com a comunidade, política e desenvolvimento global, por meio do livre acesso e uso crítico dos dados e informações; a competência em informação para o crescimento econômico, fomentando o desenvolvimento de empresas, além da criação de novas organizações, por meio do uso criativo e intensivo de conhecimento; e, competência em informação para a empregabilidade, envolvendo educação, formação e desenvolvimento contínuo de conhecimentos, habilidades e estratégias para o êxito econômico.

Os aspectos citados pelas autoras remetem para temas atuais da sociedade a exemplo do aumento da desigualdade econômica e social (fazendo com que parcela da população não tenha acesso a direitos básicos como alimentação, saúde, educação e lazer), das mudanças climáticas (afetando o modo de vida de diversas comunidades e povos, inclusive resultando em migrações de regiões onde as condições climáticas extremas não possibilitam que as pessoas tenham condições razoáveis de sobrevivência) ou até mesmo do uso cada vez mais intenso de tecnologias no mercado de trabalho (robotização, inteligência artificial, algoritmos, sistemas automatizados etc.) que se, por um lado, significam avanços em termos de produtividade, velocidade, alcance e benefícios práticos para a vida das pessoas, ao mesmo tempo, apresentam como consequência a necessidade de requalificar e reposicionar os trabalhadores que desempenhavam funções agora automatizadas.

Esses exemplos, além de inúmeros outros presentes no dia a dia, que podem ser de maior ou menor intensidade a depender de cada país ou região, mas existentes enquanto processos globais, são desafios contemporâneos que exigem, cada vez mais, dos preceitos da competência em informação para a busca de soluções.

Diante da importância do estímulo de múltiplas habilidades e do desdobramento de capacidades das pessoas inseridas na sociedade contemporânea, nos seus mais diversos contextos, na seção 4 são apresentados os resultados do levantamento das menções à competência em informação nos portais governamentais dos 12 países que apresentaram os melhores resultados no IDH de 2020. Dessa forma, intenta-se apresentar um panorama do desenvolvimento de uma nação que tenha em seu escopo iniciativas que consideram a competência em informação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

É pensando no papel dos governos no desenvolvimento da competência em informação dos seus cidadãos para a busca de uma sociedade mais justa que esta pesquisa tem como objetivo investigar as menções à competência em informação em portais governamentais dos 12 países com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Quanto à sua natureza, pode ser classificada como básica. Esse tipo de investigação tem como objetivo a exploração de um determinado tema, situação, método ou abordagem, para o avanço do conhecimento, não tendo como foco uma aplicação imediata em vista (Kumar, 2011).

Em relação à sua abordagem, é qualitativa, uma vez que envolve a coleta de dados narrativos, relacionados a comportamentos, opiniões, valores e outros aspectos sociais de uma população ou comunidade, para a compreensão de um fenômeno particular (Thomas, 2021). Assim, a situação investigada neste estudo está atrelada ao entendimento dos governos acerca da competência em informação.

Quanto aos objetivos, é exploratória e descritiva. A pesquisa exploratória é aquela que possibilita a familiarização com o assunto investigado (Dubey; Kothari, 2022). Em contrapartida, a pesquisa descritiva é aquela que objetiva descrever uma situação, instituição ou evento, buscando documentar através de observação ou levantamento, informações pertinentes sobre o objeto estudado (Thomas, 2021). Dessa forma, em primeiro momento, foi necessário compreender mais sobre a competência em informação e sobre os portais governamentais, para posteriormente realizar uma descrição da situação observada.

Em relação ao recorte, optou-se pela utilização do Índice de Desenvolvimento (IDH) do ano de 2020, desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que acompanha o progresso de dimensões como: renda, educação e saúde. Foram

selecionados os 12 melhores classificados — dos quais 11 são países e um é o território autônomo de Hong Kong. A numeração da classificação atribuída pelo PNUD considera o valor atribuído na média do IDH, dessa forma, alguns países ocupam a mesma colocação e, outras, inexistem. A seguir, a Tabela 1 apresenta o universo de pesquisa informando o IDH e o website governamental:

Tabela 1 – Universo de pesquisa indicando classificação, país, IDH e website

Classificação	País/Território	IDH	Website Governamental
1	Noruega	0,957	https://www.regjeringen.no/en/id4/
2	Irlanda	0,955	https://www.gov.ie/en/
2	Suíça	0,955	https://www.admin.ch/gov/en/start.html
4	Hong Kong, China	0,949	https://www.gov.hk/
4	Islândia	0,949	https://www.government.is/
6	Alemanha	0,947	https://www.bundesregierung.de/breg-en
7	Suécia	0,945	https://www.government.se/
8	Austrália	0,944	https://www.australia.gov.au/
8	Holanda	0,944	https://www.government.nl/
10	Dinamarca	0,940	https://denmark.dk/
11	Finlândia	0,938	https://valtioneuvosto.fi/en
11	Singapura	0,938	https://www.gov.sg/

Fonte: Elaborada pelos autores (2022) com base no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2020).

Conforme os procedimentos adotados, a pesquisa foi documental, tendo como universo da coleta de dados os portais governamentais supracitados. A coleta de dados foi realizada na barra de busca desses sites em inglês utilizando o termo “information literacy”. Diante da possibilidade de lidar com uma diversidade de idiomas, optou-se pela padronização e utilização do termo na língua inglesa.

Contudo, foram observadas limitações em determinados portais, nos quais os resultados obtidos não estavam em concordância com as buscas realizadas. Por isso uma segunda pesquisa foi realizada no motor de busca do Google, utilizando a estratégia: “information literacy” site:url do domínio, por exemplo: “information literacy” site:regjeringen.no.

As coletas de dados foram realizadas entre os dias 18 e 19 de maio de 2022 e os resultados obtidos são apresentados na seção a seguir.

4 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NOS PAÍSES COM MAIOR IDH

As mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais ocorridas nas últimas décadas e relacionadas, sobretudo, aos avanços tecnológicos, à expansão informacional e à

tentativa de reorganização estatal, afetaram diretamente nas sociedades e no comportamento dos seus cidadãos perante as ações do governo.

Nesse contexto, os portais governamentais, que podem assumir diferentes níveis de abrangência (nacionais, estaduais ou municipais), são importantes ferramentas tecnológicas que possibilitam a transparência das atividades, dos projetos e dos prognósticos governamentais que se referem aos interesses da sociedade.

Conforme Prado e Loureiro (2006), com a popularização da internet ocorreu uma revolução nos meios de informação cuja rapidez, facilidade de acesso e enorme disponibilidade de informações deram início a uma verdadeira Era da Informação. O desenvolvimento de sistemas de informação, interligando processos, transações econômicas e serviços, também atingiram os governos, acarretando no surgimento de portais governamentais na internet (Prado; Loureiro, 2006, p. 356).

Silva (2014) refere-se à utilização de novas tecnologias da informação e comunicação como um caminho para integrar os cidadãos nas decisões do Estado e para aproximar os representantes dos representados, em uma concepção de democracia digital. O autor complementa que a democracia digital possibilita avaliar em que medida os governos têm criado em sua estrutura institucional websites que contenham ferramentas de transparência das decisões, mecanismos de informação sobre ações e políticas públicas, além de oferecer caminhos para a participação nas decisões relativas à administração pública e agenda de governo.

Nessa mesma linha de pensamento, conforme Silva e Vicentin (2018), a comunicação pública torna-se fundamental para a boa governança. A governança pública, nesse contexto, é entendida como a capacidade dos governos de assegurar a participação dos cidadãos na estruturação de políticas públicas. Para os autores, os portais governamentais são “[...] um dos principais canais comunicacionais da atualidade, onde são disponibilizados informações, serviços e conteúdos diversos que o poder público julga pertinente” (Silva; Vicentin, 2018, p. 177). Sob o prisma da competência em informação, esse entendimento dialoga diretamente com a dimensão política e com a capacidade das pessoas em serem participantes ativos do seu meio social.

Assim, constata-se que os portais ou websites governamentais, que representam a condução dos interesses de cada nação e de sua respectiva população, são canais elementares para encontrar informações estratégicas voltadas à educação, à saúde, à

distribuição de renda, às políticas sociais e demais interesses coletivos que suportam o desenvolvimento dos países.

Nesse sentido, para a identificação de ações relacionadas à competência em informação (*information literacy*) nos 12 países com maior IDH, utilizou-se, primordialmente, a consulta aos portais governamentais, seguida de uma segunda busca pelo Google. Os resultados obtidos são apresentados na Tabela 2 a seguir:

Tabela 2 – Resultados dos websites e do motor de busca Google

País/Território	Resultados no website	Resultados do Google
Noruega	4	58
Irlanda	16	29
Suíça	0	108
Hong Kong, China	740	1900
Islândia	2	6
Alemanha	0	3
Suécia	8	9
Austrália	0	4760
Holanda	0	1
Dinamarca	0	1
Finlândia	2	2
Singapura	0	7

Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

As buscas permitiram a identificação dos contextos em que a competência em informação é citada, possibilitando a visualização de temáticas relacionadas ao conceito. Em seguida, cada país ou território foi analisado a partir de seus resultados.

Dos quatro melhor ranqueados, a Noruega e o território independente de Hong Kong foram aqueles com o maior número de resultados sobre a competência em informação obtidos nos seus portais governamentais.

As menções à *information literacy* por parte do governo da Noruega estão relacionadas com uma gama de temáticas. Entre elas, estão aquelas atreladas à liberdade de expressão e ao combate aos discursos de ódio. Em discurso realizado em novembro de 2021, a ministra da Cultura e Igualdade, Anette Trettebergstuen (2021, p. 1, tradução nossa), afirmou que: “[...] nós precisamos permitir respostas eficazes aos impactos do discurso de ódio. E devemos fazê-lo de várias maneiras, incluindo: [...] fortalecer a competência midiática e em informação entre o público”.

Sobre essa mesma temática, em relatório desenvolvido pelo governo norueguês, está prevista a necessidade da estruturação de um setor de mídia forte, diversificado, independente e crítico, amparado na competência em informação, tendo em vista

proteger a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa (Ministério das Relações Exteriores, 2021).

Ainda são identificadas movimentações por parte da Noruega no que diz respeito à competência digital, à educação e às bibliotecas. No relatório sobre educação, pontua-se a necessidade de promover o desenvolvimento das “habilidades do século XXI”, entre as quais estão: “criatividade, pensamento crítico, colaboração, competência em informação [...]” (Ministério da Educação e Pesquisa, 2016, p. 33, tradução nossa). Nessa perspectiva, cabe ressaltar que, na verdade, a competência em informação é um fenômeno constituído por conhecimentos, valores, atitudes e habilidades; sendo assim, não pode ser entendido e limitado como apenas uma mera habilidade.

No que tange às bibliotecas, o governo desse país entende que “[...] escolas e bibliotecas têm uma missão social comum em relação à disseminação do conhecimento, a competência em informação, a leitura e o prazer de ler” (Ministério da Cultura; Ministério da Educação e Pesquisa, 2019, p. 11, tradução nossa). Além disso, conforme a Lei norueguesa de Educação, os alunos devem ter acesso a uma biblioteca escolar, que deve estar adaptada e integrada ao ambiente escolar (Ministério da Cultura; Ministério da Educação e Pesquisa, 2019).

Na mesma perspectiva dessas ações, compreende que:

[...] a biblioteca pode ajudar os alunos a aprender a usar os recursos digitais em trabalhos criativos e inovadores, e pode servir como uma arena na qual a escola constrói comunidades boas e inclusivas que promovem o bem-estar de todos os alunos (Ministério da Cultura; Ministério da Educação e Pesquisa, 2019, p. 14, tradução nossa).

Do conjunto de territórios explorados neste artigo, Hong Kong foi aquele que mais menções à competência em informação foram recuperadas e que, por si só, poderiam ser objeto de estudo de uma pesquisa acadêmica. A maioria dos resultados recuperados estão relacionados à educação. Em discurso realizado pela chefe do Executivo, Carrie Lam Cheng Yuet-ngor (2021) afirma que para o enfrentamento dos efeitos adversos da desinformação na internet, o governo vai oferecer apoio financeiro para a promoção da competência midiática e em informação nas escolas, visando capacitar os estudantes para identificar a autenticidade das informações.

Entre as ações do governo honconguês voltados para a educação, está o “Information Literacy Framework for Hong Kong”, de 2005, o qual tem como objetivo

evidenciar a competência em informação e seu desenvolvimento em estudantes. Conforme esse documento:

O crescimento contínuo e sem precedentes da tecnologia da informação e comunicação, aliado à globalização da economia, criou um enorme desafio para a educação. A busca pela competência em informação na educação tornou-se generalizada com a ampla difusão das redes globais. A educação em competência em informação é, portanto, vista como uma forma de abordar uma crescente conscientização e demanda por preparar os estudantes para participar efetivamente da emergente economia global do conhecimento (Education Bureau, 2005, p. 8, tradução nossa).

Passados mais de quinze anos desde a formulação desse *framework*, seu uso ainda é indicado pelo governo de Hong Kong, demonstrando a preocupação desse território com a competência em informação. Além disso, as ações voltadas a essa competência não ficaram apenas na estruturação do *framework*. Em publicação do ano de 2018, explicita-se que:

Competência em Informação (CoInfo) refere-se à habilidade e atitude que levaria a um uso eficaz e ético da informação. A CoInfo para estudantes de Hong Kong visa desenvolver as habilidades dos estudantes para: identificar a necessidade de informação; localizar, avaliar, extrair, organizar e apresentar informações; criar novas ideias; lidar com a dinâmica em nosso mundo da informação; e abster-se do uso antiético de informações, como cyberbullying e violação de direitos de propriedade intelectual (Education Bureau, 2018a, p. 1, tradução nossa).

Em outro material do mesmo ano, também apresentado pelo Education Bureau, é descrito que:

A competência em informação é tudo isso e muito mais. Dada a enorme quantidade de informações que enfrentamos todos os dias, precisamos ser capazes de definir e identificar as informações de que precisamos e, em seguida, localizá-las e acessá-las. Precisamos reconhecer seu propósito e perceber que a maioria das informações é criada para obter lucro ou poder. Isso significa questionar e avaliar as informações que nos são apresentadas quanto à acurácia, autenticidade e credibilidade [...]. (Education Bureau, 2018b, p. 1-2, tradução nossa).

Os esforços para as ações voltadas para a competência em Hong Kong, além de serem expressas no discurso realizado pela chefe do Executivo, como supracitado, também aparecem na Política de Governo do mesmo ano (Hong Kong, 2021). No website do governo existe ainda uma página voltada para a competência em informação para estudantes, em que é apresentada uma lista de materiais sobre competência em

informação, com última atualização realizada em agosto de 2022 (Education Bureau, 2022).

Aos professores também são oferecidos materiais de ensino, entre eles, está a revista em quadrinho “Smart e-Master’ Information Kit on e-Learning”, voltadas não só para o uso ético da informação, como também das TIC's. Há também ações voltadas para os familiares, como a série de vídeos “A Healthy Internet Starts with You” (Education Bureau, 2021). Nessa perspectiva, percebe-se que, entre os territórios investigados neste estudo, Hong Kong é aquele com mais menções e ações voltadas para a competência em informação, sendo elas ligadas, sobretudo, à educação de crianças e jovens.

Por outro lado, no que se refere à Irlanda e à Suíça, não foram identificados resultados expressivos nos websites governamentais, por isso recorreu-se à pesquisa no motor de busca Google.

Na Irlanda, apesar de recuperadas menções à *literacy* e *numeracy*, que acabaram por influenciar nos números ora apresentados na Tabela 2, são escassas as alusões à *information literacy*. O principal resultado obtido é a menção à *information literacy* como parte da *digital competence*. Outros termos também são destacados como relacionados à *digital competence*, entendidos, nesse contexto, como termo guarda-chuva, sendo eles: “ICT literacy, digital skills, digital literacy, computer literacy, ICT fluency, technological literacy, internet skills, information literacy, and media literacy” (Departamento de Educação, 2022, p. 44).

Na Suíça, por outro lado, estão ações voltadas para a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa. Segundo estudo publicado no website da Secretaria Federal de Comunicações (2020, p. 4, tradução nossa):

Conforme apontado pela Comissão Europeia, as ações regulatórias geralmente não são concebíveis sem prejudicar a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa. Em vez disso, acreditamos que as principais respostas à diminuição da confiança do público em geral estão na promoção da transparência, da competência em informação e do pensamento crítico tanto do público quanto da mídia.

É nesse sentido que a competência em informação é vista como um dos caminhos, mas não o único, para o aumento da confiança dos cidadãos. Em um mundo marcado pela desinformação, a competência em informação passa a ser vista por muitos países como uma necessidade, em que alguns estão mais à frente que outros. As ações educacionais destacadas no caso de Hong Kong, por exemplo, apresentam um comportamento mais

promissor, focado no desenvolvimento de pessoas mais competentes para encarar esse cenário.

A competência em informação também é mencionada na seção de cooperação internacional do portal governamental suíço, mais especificamente em cooperação com Bangladesh, na gestão de riscos para desastres, sendo um dos resultados esperados o desenvolvimento dessa competência por profissionais do governo e da ajuda humanitária, com competência em informação para identificação de previsões e riscos (Suíça, 2022).

Ademais, a competência em informação não é evidenciada somente em questões educacionais e formativas para saber viver na sociedade da informação e combater a desinformação, mas também possui o potencial de ser meio importante na prevenção de desastres climáticos em locais vulneráveis a ciclones e tempestades, como o caso de Cox's Bazar, mencionado pelo governo suíço.

No caso da Islândia, as abordagens sobre *information literacy* recuperadas no portal governamental referem-se, primordialmente, à área da Educação, uma vez que a temática é abordada nos guias curriculares voltados ao ensino obrigatório (“Curriculum Guide for Compulsory Schools”) e secundário (“Curriculum Guide for Upper Secondary Schools”). Dentre os aspectos relacionados à *information literacy* nesses guias, estão a capacidade dos estudantes em analisar, de forma criativa e crítica, informações provenientes de diferentes mídias, principalmente no contexto de uso de tecnologias da informação. Destaca-se, também, a capacidade do ser humano em localizar, organizar, avaliar e usar a informação para resolver problemas, e que os estudantes sejam capazes de utilizar a biblioteca escolar e a internet para a busca de informação.

Por meio do motor de busca do Google, a *information literacy* relacionada às ações governamentais da Islândia envolvem a promoção da mídia livre e pluralista, liberdade de expressão e segurança aos jornalistas, considerados elementos essenciais para o desenvolvimento da democracia. Há também abordagens sobre o papel das bibliotecas na melhoria da competência informacional de estudantes e professores, no desenvolvimento de ações de aprendizado ao longo da vida, atividades culturais, científicas e de educação.

Quanto à Alemanha, as buscas voltadas à *information literacy* no seu portal governamental não trouxeram resultados, enquanto os poucos resultados encontrados por meio da busca no Google estão associados à competência em informação voltada ao aprendizado no uso de tecnologias.

Ao se observar o contexto da Suécia, os resultados identificados no portal governamental e busca no Google apresentam a *information literacy* associada à competência digital, aos direitos humanos, à democracia, à liberdade de expressão, ao combate à desinformação, à igualdade de gênero e ao combate ao terrorismo. Logo constata-se que a Suécia utiliza a *information literacy* em favor de diversos temas de relevância para a população, explorando as potencialidades que a competência em informação possibilita nos diversos segmentos da sociedade, preparando as pessoas para que sejam mais conscientes do seu papel enquanto cidadãos e que atuem contra a opressão e a violência.

Cumpram-se destacar que algumas das menções à *information literacy* referentes ao governo da Suécia estão contidas em documentos estratégicos para o país, como o “Tenth Periodic Report by the Government of Sweden on the measures in accordance with the Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women”¹ (Décimo relatório periódico do governo da Suécia sobre as medidas em conformidade sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres), “For sustainable digital transformation in Sweden – a Digital Strategy”² (Para uma transformação digital na Suécia – Uma estratégia digital), ou ainda, “Government Communication 2014/15:144 – Actions to Make Society More Resilient to Violent Extremism”³ (Comunicado do Governo 2014/15:144 – Ações para fazer a sociedade mais resiliente ao extremismo violento).

Ao analisar o caso da Austrália, embora tenham sido identificados mais de quatro mil resultados por meio da estratégia de busca do Google, enquanto no portal do governo não foram localizados resultados, a expressiva maioria refere-se a materiais bibliográficos sobre a temática da *information literacy*, principalmente aqueles relacionados no catálogo de coleções da Biblioteca Nacional da Austrália. Os demais resultados indicam a existência da *information literacy* no escopo de iniciativas de treinamento promovidas pelo governo australiano, por meio do “Training.gov.au”, constituído como um “Registro Nacional de Educação e Treinamento Vocacional (VET)”, mantido pelo Departamento de Educação,

¹ Disponível em: <https://regeringen.se/contentassets/96124d209ce147aa88b6dbdd538fb296/tenth-periodic-report-by-the-government-of-sweden-on-cedaw.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2024.

² Disponível em: https://www.iea-4e.org/wp-content/uploads/publications/2017/06/08a_-_2017_digitaliseringsstrategin_faktablad_eng_webb-2.pdf. Acesso em: 29 abr. 2024.

³ Disponível em: <https://www.government.se/contentassets/ef243295e51d4635b4870963b18bfa89/actions-to-make-society-more-resilient-to-violent-extremism-2014-15-144.pdf>. Acesso em: 26 set. 2022.

Competências e Emprego em nome dos governos estaduais e territoriais, voltando-se à ampliação das habilidades das pessoas na recuperação de informações.

De forma regionalizada, identificou-se a existência de iniciativas relacionadas à *information literacy* por meio de bibliotecas escolares, como no caso das bibliotecas da Tasmânia, voltadas ao desenvolvimento de habilidades, tanto de professores quanto de estudantes, para encontrar, usar, criar e compartilhar informações e conhecimento. O estado australiano de Nova Gales do Sul (New South Wales) aborda a *information literacy* como foco de todas as bibliotecas, principalmente as bibliotecas escolares, possibilitando uma interação na aprendizagem, no processo de pesquisa, e que funciona em todas as áreas curriculares. Constata-se, portanto, que, no caso da Austrália, predomina a *information literacy* voltada à área da Educação.

Das nações selecionadas, Holanda, Dinamarca, Finlândia e Singapura são as últimas da lista selecionada pelo IDH, sendo que, com exceção da Finlândia, não houve resultado na busca feita diretamente nos websites governamentais.

Quando utilizado o Google na pesquisa sobre a Holanda, há o redirecionamento para o “Human rights report 2019: international human rights policy: activities and results” de 2020, no qual cita o investimento de € 36.540,00 no projeto “Media and Information Literacy” em Belgrado, na Sérvia. O projeto está inserido no campo temático: “liberdade de expressão e liberdade na internet” (Ministério das Relações Exteriores, 2020).

O resultado poderia indicar a ausência, inclusive, de pesquisas no país, porém, antes de fazer essa afirmação, optou-se por verificar em uma busca mais abrangente, retirando a condição de que as publicações seriam exclusivamente no website, de forma que foi recuperado o artigo “Information Literacy in the Netherlands: rise, fall and revival”, de Joke Voogt (2016). O estudo investiga as mudanças no currículo escolar do ensino básico a partir de 1980 e como a competência em informação foi inserida nesse contexto. No website governamental, diante da ausência de resultado, a busca lista automaticamente publicações que incluam um dos termos, o que mostrou a existência da combinação *media literacy*, a qual foi empregada para se referir às iniciativas do país a fim de “prevenir e identificar sinais de abuso de crianças”. Por não se enquadrarem na delimitação da presente pesquisa, esses dados não foram considerados nos resultados tabulados por não demonstrarem a competência em informação efetivamente presente nos documentos que registram as ações governamentais.

O único resultado do Google para a Dinamarca indica um documento em extensão pdf, na condição de anexo, sobre abordagem e metodologia de avaliação de crianças, entretanto, não estava acessível para leitura integral e não expunha o termo combinado. Assim como na Holanda, a pesquisa abrangente possibilitou visualizar um relatório descritivo de 2006, da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), o qual cita as iniciativas na educação superior realizadas em conjunto pela Finlândia, Dinamarca, Noruega e Suécia, documento elaborado por Eva Tolonen (2010) – que recebe o título de especialista em *Information Literacy*.

O website governamental da Finlândia resultou em duas entradas direcionadas a relatórios de Política de Educação. Por não estarem traduzidos para a língua inglesa, a única menção em cada documento é ao “International Computer and Information Literacy Study (CILS)” da International Association for the Evaluation of Educational Achievement, localizada em Amsterdã, na Holanda. Os dois resultados do Google direcionam para notícias publicadas no website finlandês em 2019, o primeiro acerca do evento realizado no ano posterior com o tema: “Dealing with Climate Change – the Human Perspective and Information Literacy and Evidence Informed Decision-Making” e, o segundo, sobre a parceria com a UNESCO para o evento: “Media and Information Literacy and Games in the Digital World” (Finlândia, 2019a, 2019b).

Por fim, o buscador do Google lista sete entradas localizadas no website do governo de Singapura, todavia, três páginas não estavam disponíveis e uma não apresentou menção aos termos *information* ou *literacy* mesmo que isoladamente. Considerados os termos independentes, as publicações restantes abordam sobre formação digital para idosos e a luta do país contra as *fake news*. Tendo isso em vista, esses resultados não corresponderam com o recorte da presente pesquisa.

Enquanto rastreamento para a apresentação de um panorama, foi possível identificar a presença da *information literacy* em alguns dos documentos que regularizam e registram as iniciativas governamentais. Em síntese, a contribuição da área no contexto de elaboração de políticas públicas pode ser expressa conforme a seguinte nuvem de palavras:

Figura 1 – Nuvem de palavras demonstrando os contextos de atuação da *information literacy* nos países pesquisados



Fonte: Elaborada pelos autores através do *software* WordClouds (2022).

Descrição da figura: Nuvem de palavras em formato de balão de diálogo de fundo cinza-claro. As palavras variam nas cores vermelha, cinza-escuro e laranja, e são de diferentes tamanhos considerando a frequência a que são associadas à *information literacy*. As palavras contidas na nuvem, em ordem de tamanho maior para menor, são: liberdade de expressão; liberdade de imprensa; gestão de riscos para desastres; educação; democracia; liberdade na internet; combate aos discursos de ódio; competência digital; uso de tecnologias; igualdade de gênero; direitos humanos; recuperação da informação; mudança climática; bibliotecas escolares; jogos digitais; compartilhamento de informações e conhecimento; combate ao terrorismo.

Conforme demonstra a nuvem de palavras, a *information literacy* tem uma aplicação em diversos contextos nos países pesquisados, abrangendo temáticas que perpassam a vida cotidiana das pessoas, o que demonstra uma relação com o que preconizam as dimensões técnica, estética, ética e política da competência em informação. Neste sentido, a CI e seus profissionais possuem um papel de destaque na promoção da competência em informação, visando tornar as pessoas mais conscientes sobre a sua atuação enquanto cidadão em busca de melhorias de suas comunidades e países.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo demonstrou que, nos territórios pesquisados, a competência em informação aparece como um fator a ser estimulado e desenvolvido ainda nos primeiros anos escolares, sendo a biblioteca um local que deve fornecer as ferramentas para esse processo. Diante da disponibilidade de acesso a meios de informação, impulsionados em grandes escalas pela conexão à internet, os governos têm inserido a competência em informação como forma de despertar criticidade nas pessoas. O domínio do contexto digital tem sido ampliado para além do uso das tecnologias da informação, abrangendo, inclusive, momentos de lazer, a exemplo dos jogos virtuais.

A pesquisa indica que os países aqui citados têm trilhado um caminho para a autonomia de seus cidadãos, promovendo atitudes democráticas a fim de garantir a liberdade de expressão e combater a violência ligada ao ódio, abuso, opressão e discriminação. Do ponto de vista governamental, a competência em informação é um instrumento crucial para capacitar o cidadão como um agente transformador, devendo ele se fazer presente e atuante inclusive em programas de previsão de riscos para mudanças e desastres climáticos. Dessa forma, almeja-se despertar um comportamento que visualize o coletivo, como o estímulo à prática de ajuda humanitária, assegurar a igualdade de gênero, sendo capaz de exercer o livre-arbítrio e tomar decisões mais assertivas que visem o bem comum.

Quanto aos portais governamentais em específico, identificou-se que muitos não recuperam o termo *information literacy* e, dos que trazem resultados, apenas Hong Kong apresenta uma quantidade expressiva. Dentre os países que se sobressaem quanto ao desenvolvimento de ações da *information literacy*, inclui-se a Suécia, que a utiliza em diversos contextos, como o fortalecimento dos direitos humanos e combate ao terrorismo, demonstrando a dinamicidade e potencial da competência em informação.

É preciso frisar novamente questões que envolvem as barreiras linguísticas, além de conceituais, que levaram a optar, neste momento, pela realização das pesquisas nas versões de cada website traduzido para a língua inglesa.

Dos dados levantados, é possível visualizar uma produção crescente em relação à referência à *information literacy* nas iniciativas e ações governamentais. Por outro lado, o estudo demonstra uma interação ainda inicial no que se refere à ampliação de temas a serem contemplados pela área, observando uma preferência para a área da Educação, principalmente a nível básico, e da atuação em bibliotecas escolares nos planos estratégicos dos governos. Outrossim, pouco esteve relacionada a questões diretas ao mercado de trabalho e ganho financeiro, a exemplo do que era observado em seu surgimento pela CI.

Longe de esgotar as possibilidades na utilização de websites para o diagnóstico das ações de governo no que tange à competência em informação, esta pesquisa caracterizou-se como um esforço inicial para identificar o comportamento dos países com maior IDH quanto a essa competência, visto que esses portais se caracterizam como importante forma de comunicação entre população e governo.

Sugere-se ainda que outras pesquisas sejam desenvolvidas utilizando essas fontes para a coleta de dados e que o universo de pesquisa aqui explorado possa ser futuramente reanalisado na identificação de mudanças comportamentais desses países em relação à competência em informação – essencial para a sociedade da informação.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Presidential Committee on Information Literacy**: final report. Chicago, 1989. Disponível em: <https://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential#importance>. Acesso em: 13 mai. 2022.
- BELLUZZO, Regina Célia Baptista. Competência em Informação: das origens às tendências. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-28, out./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/57045>. Acesso em: 15 mai. 2022.
- BELLUZZO, Regina Célia Baptista; FERES, Glória Georges. **Competência em informação**: de reflexões às lições aprendidas. São Paulo: FEBAB, 2013. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/4556>. Acesso em: 17 mai. 2022.
- DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO (Irlanda). **Baseline report**: towards a successor digital strategy for schools to 2027. Dublin, 2022. Disponível em: <https://www.gov.ie/en/publication/69fb88-digital-strategy-for-schools/>. Acesso em: 31 maio 2022.
- DUBEY, Umesh Kumar Bhayyalal; KOTHARI, Dwarkadas Pralhaddas. **Research methodology**: techniques and trends. Nova Iorque: Chapman and Hall/CRC, 2022.
- DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1016>. Acesso em: 26 mar. 2022.
- EDUCATION BUREAU (Hong Kong). **Information literacy for Hong Kong students**. Hong Kong, 2018a. Disponível em: <https://www.edb.gov.hk/attachment/en/edu-system/primary-secondary/applicable-to-primary-secondary/it-in-edu/Information-Literacy/IL20180516E.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2022.
- EDUCATION BUREAU (Hong Kong). **Information literacy framework for Hong Kong**: building the capacity of learning to learn in the information age. Hong Kong, 2005. Disponível em: <https://www.edb.gov.hk/attachment/en/edu-system/primary-secondary/applicable-to-primary-secondary/it-in-edu/Information-Literacy/IL2005E.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2022.
- EDUCATION BUREAU (Hong Kong). **Related support on information literacy and e-safety**: information literacy for Hong Kong students. Hong Kong, 2022. Disponível em: <https://www.edb.gov.hk/en/edu-system/primary-secondary/applicable-to-primary-secondary/it-in-edu/information-literacy/il-index.html>. Acesso em: 01 jun. 2022.
- EDUCATION BUREAU (Hong Kong). **Related support on information literacy and e-safety**: teacher. Hong Kong, 2021. Disponível em: <https://www.edb.gov.hk/en/edu-system/primary->

secondary/applicable-to-primary-secondary/it-in-edu/Information-Literacy/il-t-resources.html. Acesso em: 01 jun. 2022.

EDUCATION BUREAU (Hong Kong). **Why does information literacy matter in the 21st century?**. Hong Kong, 2018b. Disponível em: https://www.edb.gov.hk/attachment/en/edu-system/primary-secondary/applicable-to-primary-secondary/it-in-edu/Information-Literacy/EDB_Resources/201801-NETSchemeIssue33.pdf. Acesso em: 01 jun. 2022.

FINLÂNDIA. **Government decided on the themes for strategic research in 2020**. Helsinque, 2019a. Disponível em: https://valtioneuvosto.fi/en/-/10616/valtioneuvosto-paatti-teemat-strategiselle-tutkimukselle-vuonna-2020?_101_INSTANCE_YZfcyWxQB2Me_languageId=sv_SE. Acesso em: 20 maio 2022.

FINLÂNDIA. **Ministers Andersson and Kosonen to attend UNESCO General Conference**. Helsinque, 2019b. Disponível em: <https://valtioneuvosto.fi/en/-/1410845/ministerit-andersson-ja-kosonen-unescon-yleiskokoukseen>. Acesso em: 20 maio 2022.

HONG KONG. **The Chief Executive's 2021 Policy Address: building a bright future**. Hong Kong, 2021. Disponível em: <https://www.policyaddress.gov.hk/2021/eng/pdf/PA2021.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2022.

JOKE VOOGT, Alfons Brummelhuis. Information Literacy in the Netherlands: rise, fall and revival. **Hal Open Science**, Lyon, p. 83-93, fev. 2016. Disponível em: <https://hal.inria.fr/hal-01272185/document>. Acesso em: 19 maio 2022.

KUMAR, Ranjit. **Research methodology: a step-by-step guide for beginners**. 3. ed. Padstow: SAGE Publications, 2011.

LAU, Jesús. **Diretrizes sobre desenvolvimento de habilidades em informação para a aprendizagem permanente**. Tradução Regina Célia Baptista Belluzzo. Haia: International Federation of Library Associations and Institutions, 2008. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/information-literacy/publications/ifla-guidelines-pt.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2022.

MASI, Domenico de. **Uma simples revolução**. Tradução Yadyr Figueiredo. Rio de Janeiro: Sextante, 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA (Noruega); MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E PESQUISA (Noruega). **A space for democracy and self-cultivation: national strategy for libraries 2020–2023**. Oslo, 2019. Disponível em: <https://www.regjeringen.no/en/dokumenter/national-strategy-for-libraries-2020-2023---a-space-for-democracy-and-self-cultivation/id2667015/>. Acesso em: 31 maio 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E PESQUISA (Noruega). **OECD talis initial teacher preparation study: country background report Norway**. Oslo, 2016. Disponível em: <https://www.regjeringen.no/en/dokumenter/oecd-talis-initial-teacher-preparation-study/id2521357/>. Acesso em: 31 maio 2022.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (Holanda). **Human rights report 2019: internacional human rights policy: activities and results**. Haia: Ministry of Foreign Affairs, 2020.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (Noruega). **International strategy for freedom of expression**. Oslo, 2021. Disponível em:

<https://www.regjeringen.no/en/dokumenter/international-strategy-for-freedom-of-expression2/id2866234/>. Acesso em: 31 maio 2022.

MIRANDA, Ana Maria Mendes. Educação e competência crítica em informação: análise a partir da pedagogia histórico-crítica. In: BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco (org.).

Competência crítica em informação: teoria, consciência e práxis. Rio de Janeiro: IBICT, 2022.

PRADO, Otávio; LOUREIRO, Maria Rita Garcia. Governo eletrônico e transparência: avaliação da publicização das contas públicas das capitais brasileiras. **Alcance**, Itajaí, v. 13, n. 3, p. 355-372, set./dez. 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4777/477748623004.pdf>. Acesso em: 23 maio 2022.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2020: a próxima fronteira - o desenvolvimento humano e o antropoceno.** Nova Iorque: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2020.

RIOS, Terezinha A. **Compreender e ensinar: por uma docência de melhor qualidade.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SECRETARIA FEDERAL DE COMUNICAÇÕES (Suíça). **Media Observatory Initiative.** Lausanne, 2020. Disponível em:

https://www.bakom.admin.ch/dam/bakom/de/dokumente/bakom/elektronische_medien/Zahlen%20und%20Fakten/Studien/media-observatory-initiative-bericht.pdf.download.pdf/Media%20Observatory%20Initiative%20-%20Report%20November%202020.pdf. Acesso em: 31 maio 2022.

SILVA, Joscimar Souza. **Sites governamentais e mecanismos de informação, transparência e participação.** 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014. Disponível em:

<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/1028?show=full>. Acesso em: 23 maio 2022.

SILVA, Marcelo Rodrigues da; VICENTIN, Ivan Carlos. Práticas de comunicação da governança pública em municípios brasileiros por intermédio de portais governamentais. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 14, n. 30, p. 176-201, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/5808/4908>. Acesso em: 20 maio 2022.

SUÍÇA. UNDP – **Disaster Risk Management in Cox’s Bazar District.** Berna, 2022. Disponível em:

https://www.eda.admin.ch/deza/es/home/paises/bangladesh.par2_projectfilter_page2.html/content/dezaprojects/SDC/en/2015/7F09191/phase1. Acesso em: 31 maio 2022.

THOMAS, C. George. **Research methodology and scientific writing.** 2. ed. Cham: Springer, 2021.

TOLONEN, Eva. **IV. Nordic countries: Finland, Denmark, Norway and Sweden - Information Literacy State-of-the Art Report**, Haia, 2010. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/information-literacy/publications/il-report/nordic-countries-2006.pdf>. Acesso em: 22 maio 2022.

TRETTEBERGSTUEN, Anette. **Young Voices of Freedom of Expression.** Oslo, 2021. Disponível em: <https://www.regjeringen.no/en/aktuelt/young-voices-of-freedom-of-expression/id2886045/>. Acesso em: 31 maio 2022.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANOLA, Daniela. **Competência em informação**: conceito, contexto histórico e olhares para a ciência da informação. Florianópolis: Editora da UFSC, 2020.

YUET-NGOR, Carrie Lam Cheng. **Govt to attract more talent to HK**. Hong Kong, 2021.

Disponível em:

https://www.news.gov.hk/eng/2021/10/20211006/20211006_102226_192.html. Acesso em: 01 jun. 2022.

Agradecimentos:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Recebido em: 01 de novembro de 2023

Aprovado em: 07 de janeiro de 2025

Publicado em: 09 de janeiro de 2025